

SAÚDE SEXUAL: DISSMINAÇÃO DE IST'S E PRECARIEDADE ASSISTENCIAL EM SAÚDE A MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE.

Maria Giceli Martins Da Silva[1]

Estefani Alves Melo [2]

Luana Alves De Melo [3]

David Ederson Moreira Do Nascimento [4]

Diante do cenário crítico em que muitos indivíduos se encontram dentro do sistema prisional, é notório a carência de cuidados, métodos e prevenções de saúde voltados a assistência feminina, principalmente no que diz respeito a saúde sexual e reprodutiva. Mulheres privadas de liberdade ficam expostas há fatores de risco, por mais que o sistema governamental ofereça cuidado em saúde, este ainda se encontra limitado, principalmente quando se trata da disseminação das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Objetiva-se através desse estudo, investigar a importância da prevenção e promoção da saúde para mulheres que se encontram em situação de cárcere, bem como, as relações com a saúde sexual e reprodutiva. Tratou-se de um estudo exploratório e descritivo, do tipo Revisão Integrativa da Literatura (RIL), realizada entre os meses de dezembro a janeiro de 2021, mediante a busca dos descritores: saúde da mulher; sistema prisional; e saúde feminina. Como critérios de inclusão, determinou-se: recorte temporal de 5 anos, artigos originais publicados em língua portuguesa e que atendam a temática. Foram excluídos artigos duplicados e que compunham o leque da literatura de caráter cinzento. Inicialmente foram encontrados 37 manuscritos, onde, após a filtração, restaram 15 que foram submetidos a apreciação na íntegra. Após análise, foram selecionados 5 artigos para compor o presente estudo. Um dos principais fatores contribuintes para a disseminação de IST e complicações na saúde sexual, se relaciona às condições inadequadas de vida. A falta de recursos e métodos preventivos, a ausência de estratégias de promoção da saúde, condutas sexuais de risco, múltipla parceria, e a dificuldade de acesso às consultas ginecológicas contribuem para o agravamento da situação. Apesar de o sistema prisional tentar intervir, as intervenções não conseguem ser totalmente efetivadas, desse modo, contradizendo a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Lei de Execução Penal brasileira de 1984, que reconhecem o direito das pessoas privadas de liberdade terem acesso à saúde de qualidade. A partir da educação em saúde, prevenção e promoção da saúde será possível proporcionar a redução dos índices de contágio e transmissão de doenças infectocontagiosas, a exemplo das IST, que possuem alta taxa de incidência e prevalência na população carcerária. Desse modo, fica evidenciado que essa população necessita de cuidados profissionais que irão assegurar a efetivação do conceito de saúde na prática.

[1] Discente do 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri Unidade Descentralizada de Iguatu - URCA - UDI, membro do Grupo de Pesquisa GPESCC, membro do projeto de extensão Cordel- SUS. Email: giceliurca@gmail.com

[2] Discente do 8º semestre do curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri, Unidade Descentralizada de Iguatu - URCA - UDI. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/URCA-FECOP do projeto "Violência contra mulher: análise da abordagem do enfermeiro frente os desafios da comunicação das mulheres surdas". Membro do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde- GPCLIN. Membro do Grupo de Extensão Consultório de Enfermagem em Ginecologia.

[3] Discente do 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri Unidade Descentralizada de Iguatu - URCA - UDI, membro do Grupo de Pesquisa GPESCC, membro do projeto de extensão Cordel- SUS. Email: luana.alvesmelo@urca.br.

[4] Docente do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri-URCA. Docente do curso de Graduação da UNIVS. Especialista em Saúde da Família. Especialista em Docência do Ensino

Superio. Email: daid.moreira@urca.br